

Leonardo Brandelli

organizador

Estudos de Direito Civil, Internacional Privado e Comparado

Coletânea em homenagem à Professora Véra Jacob de Fradera

Alcides Tomassetti Jr.

Ana Lucia de Lyra Tavares

Arnoldo Wald

Camille Jauffret-Spinosi

Claude Witz

Eugênio Facchini Neto

Fábio Siebeneichler de Andrade

Fabício Bertini Pasquot Polido

José Antônio Peres Gediel

Leonardo Brandelli

Luis Renato Ferreira da Silva

Maristela Basso

Mauro Bussani

Rachel Sztajn

Rodrigo Xavier Leonardo



São Paulo – SP

2014

© Copyright 2014 by Livraria e Editora Universitária de Direito

Editor responsável:

Armando dos Santos Mesquita Martins

Produtor editorial:

Luiz Antonio Martins

Revisão:

Luiz Antonio Martins

Editoração e capa:

Triall Composição Editorial Ltda.



Livraria e Editora Universitária de Direito

Rua Santo Amaro, 586 – Bela Vista

Telefones: (11) 3105-6374 – 3104-0317 – CEP 01315-000

E-mail: leud@leud.com.br – *Site:* www.editoraleud.com.br

São Paulo – SP

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfílmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra, em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições se aplicam também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos, do Código Penal, cf. Lei nº 10.695, de 1º.07.2003) com pena de prisão e multa, conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (Lei nº 9.610, de 19.02.1998).

Sumário

Apresentação	13
Capítulo 1	
A Propriedade privada entre o Direito Civil e a Constituição	19
Parágrafo 1º	19
Parágrafo 2º	20
Parágrafo 3º	21
Parágrafo 4º	22
Parágrafo 5º	23
Parágrafo 6º	24
Capítulo 2	
O ensino do direito comparado e as ferramentas atuais de pesquisa, em particular a internet	27
Introdução.....	27
1. O direito comparado como disciplina particularmente vulnerável ao fascínio da internet	28
2. Facilidades oferecidas pela tecnologia moderna.....	30
2.1 Quadro anterior	31

2.2	Quadro atual.....	32
2.2.1	A organização dos documentos	32
2.2.2	Disponibilidade, em rede, de numerosos instrumentos de pesquisa em direito comparado	33
2.2.3	Amplitude e rapidez de acesso a dados em permanente atualização	34
2.2.4	Interação virtual do professor com os alunos	35
3.	Riscos	36
3.1	O privilegiamento de informações sobre áreas de interesse atual	36
3.2	A não confiabilidade dos dados	38
3.3	A tradução	39
3.4	Deixar-se conduzir	39
3.5	Volatilidade das bases de informação	40
3.6	Inexistência de linguagem confiável em direito comparado	41
4.	O uso criterioso das novas ferramentas	41
4.1	Consciência do que está em jogo.....	41
4.2	Formação especializada	42
	Conclusão.....	43

Capítulo 3

A homologação de sentença arbitral estrangeira anulada pela justiça local no país da sede da arbitragem

1.	Introdução.....	47
1.1.	As três posições filosóficas e suas implicações práticas quanto à homologação de uma sentença arbitral estrangeira anulada no país de origem	49
1.2	O art. V(1)(e) da convenção de nova iorque (CNY) à luz do objetivo de maximizar o reconhecimento das sentenças arbitrais estrangeiras	60
1.3	A posição do Brasil.....	65
2.	O projeto do novo Código de Processo Civil.....	69
3.	Conclusão	69

Capítulo 4

La richesse du droit comparé.....	73
A riqueza do direito comparado.....	89

Capítulo 5

En relisant les Plaideurs	105
Relendo <i>Os Litigantes</i>	115

Capítulo 6

Circulação de modelos jurídicos: o caso do Code Civil francês.	123
Introdução.....	123
1. A circulação dos modelos jurídicos e suas razões.	124
2. Origens históricas do direito francês. Alta Idade Média. Baixa Idade Média. O ancien régime.	127
3. A Revolução Francesa e as mudanças jurídicas. <i>O droit intermédiaire</i> . A radicalização das mudanças.....	132
4. O <i>Code Napoleon</i>	136
5. Algumas características do Code Civil.	142
6. Os demais códigos napoleônicos.	144
7. A circulação do modelo jurídico francês.....	146
7.1. Bélgica e Luxemburgo.....	146
7.2. Holanda.	147
7.3. Alemanha.....	148
7.4. Suíça.	149
7.5. Itália.	150
7.6. Espanha.	152
7.7. Portugal.	153
7.8. América latina.	154
7.9. África e Oriente Médio.	156
7.10. Louisiana.....	158

7.11. Québec.....	159
7.12. Japão.....	161
Considerações finais.....	162

Capítulo 7

O princípio <i>favor debitoris</i> como instrumento para uma visão cooperativa do direito das obrigações.....	167
--	------------

Introdução.....	167
Conclusão.....	183

Capítulo 8

Efeitos aplicativos do Art. 71.2 da Convenção de Viena sobre Contratos de Compra e Venda Internacional de Mercadorias 1980 e o direito de retenção de mercadorias em trânsito	185
--	------------

1. Notas Introdutórias: Tributo à Professora Véra Fradera a partir das lições da CISG.....	185
2. A vocação universal da CISG em seus 25 anos de existência.....	190
2.1. Significado da CISG para o Direito do Comércio Internacional	190
2.2. Flexibilidade, diversidade e autonomia no regime da CISG.....	194
2.3. Interações críticas entre CISG e o Direito Internacional Privado	199
2.4. Variações da interpretação uniforme – convergência e divergência	201
3. Observações sobre a interação entre a CISG e o direito brasileiro	210
4. Contornos de um caso concreto: Estudo sobre o escopo e efeitos aplicativos do Artigo 71.2. da CISG.....	216
4.1. Objeto do litígio entre a empresa XYZW S.A e a XING Corp.	216
4.2. Cláusulas do Contrato de Venda e Compra Internacional de Manganês relativos à entrega da mercadoria, pagamento e abertura das cartas de crédito.....	223
4.3. Da aplicação do Art. 71.2 da CISG sobre os contratos de venda internacional de minério.	225
4.3.1. Alcance e natureza do direito de retenção de mercadorias em trânsito.....	228
4.3.2. Princípios e racionalidade do ‘stoppage in transit’	232

4.3.3. Condições e efeitos da retenção em trânsito.....	235
4.4. Direito de retenção da mercadoria em trânsito, cláusulas FOB e CIF e validade dos documentos de embarque	237
4.5. Mecanismos de efetivação do 'stoppage in transit'.....	239
5. Conclusões	240

Capítulo 9

O Direito Civil brasileiro e a perspectiva comparativa na obra de Véra Fradera 247

Capítulo 10

Segurança jurídica e racionalidade..... 257

Introdução..... 257

1. Caracterização jurídica da segurança..... 259

1.1. A segurança jurídica com um princípio de Direito..... 259

1.2. Segurança jurídica como decorrência do Estado de Direito..... 261

1.3. Conteúdo do princípio da segurança jurídica..... 264

2. Racionalidade e segurança jurídica..... 271

2.1. A racionalidade como concreção da segurança jurídica..... 272

2.2. A racionalidade na elaboração legislativa..... 273

2.3. A jurisprudência racional..... 276

2.4. Racionalidade administrativa..... 280

Conclusão..... 281

Capítulo 11

A doutrina da *consideration* e suas relações com a teoria da causa 287

1. *Consideration* e causa como considerandos na legislação..... 287

2. *The law of uses* - primeira aparição da *consideration* em questões negociais..... 289

3. O papel do direito canônico e sua transposição para a *common law*..... 291

4. A configuração moderna da *consideration*..... 293

5. <i>Consideration</i> e causa como razão da vinculatividade (ou causa sinalagmática).....	296
6. Rápidas conclusões deste trabalho	297

Capítulo 12

A Convenção Internacional para o Controle do Uso do Tabaco e o Direito brasileiro	299
--	------------

1. Introdução: Notas sobre a Convenção – Quadro para o Controle do Uso do Tabaco.....	299
2. A Natureza Jurídica da Convenção-Quadro Para o Controle do Uso do Tabaco...300	
2.1. O precedente no direito brasileiro sobre a natureza jurídica de tratado-contrato do Acordo TRIPS/OMC: As lições do Superior Tribunal de Justiça – STJ.....	308
2.2. A Jurisprudência no Brasil relativa à Convenção-Quadro Para o Controle do Uso do Tabaco: Equívocos decorrentes da incorreta determinação da sua natureza jurídica e vigência	310
3. A Implementação no Direito Brasileiro das Emendas, Protocolos e Diretrizes à Convenção	314
4. Perspectiva de Direito Comparado: O Caráter Programático da Convenção-Quadro.....	318
5. Conclusões	320

Capítulo 13

Les 'où', 'quand' et 'comment' de la justice.....	325
Os "onde", "quando" e "como" da justiça.....	335

Capítulo 14

Normas Jurídicas: polissemias e ambiguidades	345
---	------------

Capítulo 15

Os contratos coligados	357
1. Introdução	357
1ª Parte	
2. Das práticas socioeconômicas à teoria dos contratos coligados.....	359
3. A identificação e a classificação dos contratos coligados.....	362
2ª Parte	
4. As espécies de contratos coligados.	367
4.1. Os contratos coligados em sentido estrito.	367
4.2. Os contratos coligados por cláusula expressamente prevista pelas partes.....	369
4.3. Os contratos conexos em sentido amplo.....	370
4.3.1. As redes contratuais.....	373
4.3.2. Os contratos conexos em sentido estrito.....	382